

Aula 8

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

META

Destacar os principais momentos dos movimentos sociais no campo no Brasil, associando-os as políticas públicas que agregam ou desagregam estes movimentos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Identificar o que diferencia os movimentos sociais no campo antes e depois da ditadura militar de 1964.

Cecilia Maria Pereira Martins

INTRODUÇÃO

Caro Aluno(a):

Na aula de hoje trataremos sobre os movimentos sociais no campo e suas consequências para a agricultura brasileira. Analisada sob o ponto de vista político foi principalmente no governo de JK, na década de 1950, que os chamados novos atores na cena da política brasileira, os camponeses começaram a se mobilizar e a se organizar, lutando por direitos e por terra, impondo-se ao debate político, colocando-se no cenário urbano, nos centros de tomadas de decisão.

No entanto é bom lembrar, que esta mobilização se deve à própria dinâmica dos movimentos sociais no campo, do que a interesses políticos partidários que evitavam, naquele momento tensões desestabilizadoras que certamente afetariam as tradicionais relações de poder no campo. Contudo, uma das políticas, que visava estimular o desenvolvimento regional do Nordeste, através da criação da SUDENE trouxe a cena uma das organizações do campesinato mais atuantes nesta região, que foi as Ligas Camponesas criadas por Francisco Julião, tinha como suporte para as suas reivindicações a solução dos problemas da agricultura do Nordeste, região considerada problema, caracterizada por calamidades climáticas como as secas, miséria, fome, baixos índices de educação e saúde, alta mortalidade, entre outras representações de atraso.

Alguns setores das elites locais, de políticos, empresários, religiosos e intelectuais começaram a se mobilizar e pressionar o governo para que fossem implementadas políticas que beneficiassem a região.

Além do fato do Nordeste passar a ser considerado como região-problema, outros dois temas foram colocadas na discussão; O latifúndio e os proprietários tradicionais, chamados “indústria da seca” pelo jornalista Antônio Calado que muito se beneficiaram da seca nordestina, canalizando em proveito próprio os recursos do antigo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas).

Neste contexto, a mobilização no campo foi uma consequência da situação vivenciada no próprio campo e uma previsão do que poderia ocorrer no país, caso não ocorresse uma reforma agrária.

Estes movimentos, entre os quais também cabe destacar o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra-RS), as ULTAB's (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

Objetivavam a extensão dos direitos trabalhistas conquistados na cidade para o campo, cuja vitória foi alcançada no ano de 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural.

O ressurgimento dos novos movimentos sociais se deu a partir de meados de 1970 com o fim da ditadura militar, tendo a Igreja Católica papel importante nesta nova fase. Entre os movimentos que surgiram neste período, muitos ainda estão atuantes até hoje, e o que mais se destaca é o

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra). Estes movimentos sociais passaram também a acontecer nas cidades, o que demonstrava o final dos tempos de repressão e uma maior articulação entre os movimentos rurais e urbanos em defesa da luta pelos direitos dos trabalhadores. As organizações sociais retomaram pelas grandes transformações que ocorreram na forma e nas relações de produção. No campo, estava consolidada a modernização da agricultura, responsável pela integração do setor rural na economia internacional e os novos movimentos surgem contestando o processo de modernização e sugerindo práticas e ações diferentes na agricultura, um novo modelo produtivo, que os tirasse da marginalidade e possibilitasse sua permanência no campo e reconhecimento social.

Com a constituição de 1988, houve ganho nas garantias sociais e políticas no Brasil. A luta agora era para garantir que os direitos assegurados saíssem do papel e se realizassem na prática daqueles que estiveram historicamente excluídos. A partir daí são ampliadas as reivindicações dos trabalhadores do campo; não é mais suficiente a terra, o salário e a moradia, é preciso educação, saúde, lazer, cultura.

A luta pela terra a resistência que opõe os pequenos produtores à construção de barragens hidrelétricas que os ameaça de expropriação as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e as reivindicações concernentes as políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de novas tecnologias que sejam mais adaptadas as necessidades e à situação da pequena agricultura, são algumas das orientações que guiam o movimento de contestação atual. (ALMEIDA, 1994, p.4).

O Estado que é condutor do processo de transformação agrícola, ao mesmo tempo que marginalizada, favorece uma minoria através de suas políticas agrícolas; por isso é combatido pelos movimentos sociais, não no sentido de eliminá-lo, mas de redefinir estas políticas, com o propósito de dar condições de produção a todos.

A existência de um grupo, aliada ao Estado, que é beneficiado pelas políticas públicas e a presença de outro grupo, que é excluído, define esta dicotomia, onde de um lado estão aqueles que se enquadram ao projeto de modernização do Estado e de outro os grupos que estão na periferia do modelo desenvolvimentista, pois não se encaixam nos requisitos para o crescimento econômico desejado.

Com o objetivo de eliminar esta dicotomia, procura-se reafirmar a agricultura familiar, onde o agricultor é o ponto central do processo de produção agrícola, independentemente dos fatores externos que devem ficar subordinados a seus interesses. Desta forma, são os fatores internos que devem determinar a produção, inclusive no uso de tecnologias apro-

priadas que reduzam os custos de insumos industriais, sem deixar de se obter a produção adequada. Mas o ato de produzir não suficiente para que o produtor tenha uma vida digna; é preciso saber todo o processo que envolve a produção através da compreensão da conjuntura política, social e econômica em que está inserida.

CONCLUSÃO

Os movimentos sociais que ocorreram e até hoje acontecem podem ser assim periodizados:

1) Movimentos sociais que ocorreram até o golpe de 1964; 2) Período de repressão militar às manifestações da sociedade civil (décadas de 60 e 70) e 3) Retorno das manifestações e novas formas de organização camponesa (segunda metade da década de 70).

No primeiro momento, também conhecido por “velhos movimentos sociais”, o comando dos movimentos era feito por figuras carismáticas, que possuíam total poder e autonomia sobre seus integrantes. A luta armada estava presente, e que também provocou o assassinato de muitas lideranças tendo sido desarticulado pela ditadura militar. Os novos movimentos sociais (NMS) surgiram para combater a repressão imposta pelo Estado, questionavam também as formas de denominação do capital sobre os trabalhadores, pregando transformações sociais e alternativas mais justas para a sociedade. Esses NMS priorizaram maior participação da sociedade civil nas tomadas de decisão, fugindo do autoritarismo e concentração de poder por parte das lideranças. Evitavam os confrontos armados e transformam suas lutas em lutas políticas, procurando o apoio da opinião pública. Esses novos movimentos sociais, surgidos a partir da década de 70, apresentam-se sobre novas estruturas, com a participação da sociedade civil buscando sair de isolamentos geográficos, expandindo-se e agregando-se a outros movimentos com características iguais formando redes de movimentos sociais.



RESUMO

Os movimentos sociais no campo são aqueles que envolvem os trabalhadores e entre as suas principais reivindicações estão a reforma agrária, a melhoria das condições de trabalho e o combate da substituição do homem pela máquina. Os movimentos sociais se formaram historicamente a partir de duas principais frentes; as Ligas Camponesas (1940 a 1960) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) criado na década de 1980. As Ligas Camponesas surgiram depois da ditadura militar do governo de Getúlio Vargas, estruturadas tendo como base de orientações do Partido

Comunista Brasileiro (PCB). A partir da década de 1950, elas conseguiram uma maior integração, em quase todo o país e com o golpe militar de 1964 foram extintas. Em 1984, os trabalhadores rurais voltaram a se organizar e fundaram o MST e em sua legenda de luta estão: a reforma agrária, a luta pela terra e a transformação social. O MST atua ocupando os grandes latifúndios e terras improdutivas, construindo assentamentos; posteriormente realiza pressão para que o Estado ofereça condições de infraestrutura básica. O MST procura oferecer apoio às famílias assentadas, criando escolas e outros cursos como os de técnicas de cultivo e agricultura familiar, estimulando a criação de cooperativas. Hino do camponês composto por Francisco Julião ainda em fins dos anos 1950.

Não queremos viver na escravidão
Nem deixar o campo onde nascemos
Pela terra, pela paz e pelo pão:
Companheiros, unidos venceremos.
Hoje somos milhões de oprimidos
Sob o peso terrível do cambão
Lutando, nós seremos redimidos.
A Reforma Agrária é a solução



ATIVIDADES

Depois do estudo sobre Movimentos Sociais no Campo, analise a trajetória dos Movimentos Sociais no Campo no Brasil, caracterizando cada um destes momentos.

No texto/aula foram vistas algumas colocações sobre a história dos Movimentos Sociais no Campo no Brasil, bem como os elementos que diferenciam cada um dos momentos de lutas vividos pelos agricultores, além da presença do Estado como elemento agregador ou não destes movimentos.



AUTOAVALIAÇÃO

Agora que você terminou a sua leitura, assinale seu nível de compreensão do texto.

- Excelente ()
- Bom ()
- Regular ()
- Ruim ()

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Movimentos alternativos e de contestação na agricultura: leitura do social, disputas e aspirações. Porto Alegre, 1994 (mimeografado).
- FOSCHIERA, Atamis Antônio. Um olhar sobre os movimentos sociais no campo no Brasil, Interface, Porto Nacional /TO, vol. 1, n. 1, p. 77 – 85, maio, 2004.
- MELO NETO, João Cabral de. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governo. Revista espaço Acadêmico, nº 54 – 2005, novembro de 2005.
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro, FASE, 1989. p. 70.